

TRABALHO NÃO PAGO: TRABALHO DOMÉSTICO E SUPEREXPLORAÇÃO DAS MULHERES NO BRASIL

GT 6 – Economia Política e História do Pensamento Econômico

Elisabeth Zorgetz Loureiro¹
Catharina Zorgetz Loureiro²

RESUMO

Este trabalho busca reunir sinteticamente as discussões da literatura feminista marxista a respeito da reprodução social ao desenvolvimento da categoria de superexploração defendida pela Teoria Marxista da Dependência, para então analisar criticamente as condições de trabalho não remunerado em que as mulheres brasileiras se encontram. Desta investigação foi possível se perceber que as condições de exploração numa estrutura dependente inserem os trabalhadores no contrato sexual na esfera doméstica, que estabelece que as mulheres ainda sejam os sujeitos responsáveis por um trabalho invisível, subvalorizado e indispensável para os ciclos de produção.

Palavras-chave: Reprodução. Superexploração. Gênero. Brasil.

1 INTRODUÇÃO

Diversas atividades que as mulheres realizam em casa, como cuidar de crianças, preparar refeições, cuidar de idosos, pessoas com deficiência ou doentes fazem parte de uma expressão do trabalho que não produz mercadorias, mas produz e reproduz um elemento ainda mais necessário ao circuito capitalista: a força de trabalho. A partir desta abordagem, não existe alguma distinção especial entre lavar, cozinhar e fazer sexo entre cônjuges sob perspectiva funcional ao modo de produção, ou seja, todas essas atividades compõem o que se traduz como trabalho de reprodução.

A crítica das pensadoras marxistas italianas Leopoldina Fortunati, Silvia Federici e Mariarosa Dalla Costa a respeito do trabalho reprodutivo buscava desnaturalizar esta expressão do trabalho e a exploração das mulheres sob o capitalismo. O debate não se interessa no tratamento do trabalho reprodutivo como produtivo em termos de valor, mas tem razão política, que emerge da relação salarial, de classe e do próprio sentido da exploração.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Economia Regional e Políticas Públicas (PERPP/UESC) e Bolsista Fapesb. e-mail: elisabethzorgetz@live.com

² Graduanda em Geografia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). e-mail: catharina_zorgetz@yahoo.com.br

Para desnaturalizar, ou seja, objetivar política e socialmente, a categoria de reprodução, essas mulheres se engajaram a partir da década de 1970 nas Campanhas pelo Salário Doméstico³, através da mediação dos salários como foco de atenção. Por um lado, como uma demanda, ou pelo reconhecimento provocado pela instituição dessa demanda, seu objetivo era expurgar da exploração de gênero sua carga afetiva, para combater a desvalorização estrutural do trabalho reprodutivo nas relações sociais.

Esse conjunto de atividades é tão material e historicamente posicionado como uma categoria marxista quanto a própria força de trabalho. Porém, por essas atividades serem feminizadas e realizadas por mulheres relativamente fora da esfera de acumulação de capital mediada pelo mercado, se torna alvo de julgamentos morais. A demanda por salários foi pensada dentro de uma estrutura marxista tradicional, na suposição de que o poder do proletariado é mensurável em termos de tempo de trabalho socialmente necessário.

A emergência padrão neoliberal a partir da década de 1970, juntamente com as ondas de movimentos feministas que questionavam mais energicamente o papel da mulher na sociedade capitalista, vieram acompanhadas, na América Latina, pela “flexibilidade laboral e precariedade, economias voltadas à exportação, drásticas reduções e segmentação do mercado interno, fortes polarizações sociais, aumento da exploração e da superexploração e níveis elevados de pobreza e indigência” (OSORIO, 2012, p. 85). Muitos desses traços, particulares aos países dependentes, também elevou ao debate o problema da divisão sexual do trabalho num plano mais crítico e historicizado, para o qual o fenômeno da superexploração pode significar um aporte fundamental para compreender a que níveis de desgaste, violências, determinações sociais e laborais as mulheres brasileiras estão expostas conjuntamente. Para Luce (2018), no Brasil existe uma imbricação entre a superexploração e o patriarcado que merece um tratamento adicional na análise sobre o tema, e será este o mote inicial deste trabalho.

2 O TRABALHO REPRODUTIVO

³ Sobre as jornadas de lutas pelo salário, Federici explica, como razão e motivação, a “dependência del salario masculino define lo que he llamado «patriarcado del salario»; a través del salario se crea un nueva jerarquía, una nueva organización de la desigualdad: el varón tiene el poder del salario y se convierte en el supervisor del trabajo no pagado de la mujer. Y tiene también el poder de disciplinar. Esta organización del trabajo y del salario, que divide la familia en dos partes, una asalariada y otra no asalariada, crea una situación donde la violencia está siempre latente” (2018, p. 17).

Quando Marx (2011, p. 317) trata da compra da força de trabalho, considera-o “elemento histórico e moral”. Nestas passagens de *O Capital* se encontra o espaço estrutural que diz respeito à reprodução dessa “mercadoria peculiar” (p. 322), que

Se não é vendida, ela não serve de nada para o trabalhador, que passa a ver como uma cruel necessidade natural o fato de que a produção de sua capacidade de trabalho requer uma quantidade determinada de meios de subsistência, quantidade que tem de ser sempre renovada para sua reprodução (MARX, 2011, p. 320).

Ou seja, está colocado, para Marx, o fundamento material da reprodução e como este é indispensável à reprodução dos trabalhadores, que pode ser renovada em termos de corporeidade vida ou em termos de reprodução biológica para que novos trabalhadores integrem as forças produtivas. No próximo excerto a reprodução também é definida como trabalho social que produz o trabalhador.

Da natureza peculiar dessa mercadoria específica, a força de trabalho, resulta que, com a conclusão do contrato entre comprador e vendedor, seu valor de uso ainda não tenha passado efetivamente às mãos do comprador. Seu valor, como o de qualquer outra mercadoria, estava fixado antes de ela entrar em circulação, pois uma determinada quantidade de trabalho social foi gasta na produção da força de trabalho, porém seu valor de uso consiste apenas na exteriorização posterior dessa força (MARX, 2011, p. 321).

Contudo, apesar de Marx expor com clareza que a renovação desta mercadoria, ou a renovação da vida do portador de força de trabalho, também passa, imprescindivelmente, pelo “valor dos meios de subsistência fisicamente indispensáveis” (2011, p. 320) e isto define, num limite mínimo, o próprio valor contido no trabalhador, não se detém na forma ou meio pelo qual estes meios de subsistência são transformados⁴ ao uso concreto dos trabalhadores ou outras expressões domésticas da reprodução. Por isso Federici (2008) conclui que Marx não percebeu completamente a questão estratégica, tanto para no desenvolvimento capitalista quanto na luta contra ele, “as relações pelas quais nossas vidas e a força de trabalho são reproduzidas, começando com a sexualidade, a procriação e, acima de tudo, o trabalho doméstico não remunerado das mulheres” (2008, p. 20). De forma ainda mais incisiva, Leopoldina Fortunati (1995) também dirá que a família e a prostituição são a espinha dorsal

⁴ Quando Marx (2014) pensa sobre os esquemas de reprodução, se debruça sobre a análise do capital social, em que a produção global da sociedade se decompõe em dois grandes departamentos, a) meios de produção e b) meios de consumo, e ambos devem conseguir repor o valor dos seus elementos de produção, mas só pode fazer isto tomando parte dos elementos do outro departamento, numa expressão material apropriada.



de todo o processo de reprodução⁵. Atividades manuais e de empenho físico como lavar, cozinhar, limpar, passar, acompanhar, se combinam com uma ampla variedade de serviços prestados à pessoas idosas, crianças, deficientes ou jovens. Embora exista sua participação física, também existem os afetos, emoções e preocupações que definem a competência da trabalhadora doméstica, não remunerada ou mesmo remunerada e profissionalizada. Assim é definida a modalidade de uma transferência histórica e socialmente organizada sobre a esfera privada artificialmente apartada do campo do trabalho produtivo⁶. Diante do reconhecimento deste processo, Federici (2008) advertiu que

Enquanto o trabalho reprodutivo for desvalorizado, enquanto for considerado um assunto privado e a responsabilidade das mulheres, as mulheres sempre enfrentarão o capital e o Estado com menos poder que os homens e em condições de extrema vulnerabilidade social e econômica (FEDERICI, 2008, p. 8, tradução das autoras).

Num complexo de relações de gênero, o papel que as mulheres desempenham no aumento da produtividade da força de trabalho foi historicamente importante e continua sendo funcional para o crescimento econômico. Portanto, o papel atribuído às mulheres é o fruto da condição de subordinação e dependência do que emprego assalariado do cônjuge significa, e ao mesmo tempo, vetor de reprodução dessa condição. Embora esse mecanismo fosse uma característica estrutural do regime fordista, atualmente também molda a sociedade de trabalho pós-fordista, através da negação do trabalho reprodutivo que permite com maior facilidade o desengajamento estatal nos gastos públicos de reprodução, a transferência desses fundos indiretamente ou diretamente para corporações, instituições financeiras e a acumulação de capital, e o acréscimo da exploração na esfera salarial e não salarial. Federici (2013, p. 234) compreende este processo como uma crise reprodutiva sem precedentes, com alimentos escassos ou muito caros ao consumo local da maior parte da população, que por consequência dos ajustes estruturais tem precisado enfrentar ao mesmo tempo “a la escalada de precios, la congelación salarial, la devaluación de las divisas, el desempleo masivo y los recortes en los servicios sociales”. Por outro lado, é importante recordar Osório (2012, p. 63) quando lembra

⁵ “Under capitalism, reproduction is made up of many different sectors. The family and prostitution are the main sectors, the backbone of the entire process, and are the only sectors which will be examined in detail here. However other sectors can be mentioned: (a) house work that is waged because it is carried out in families other than the family of origin (servants, maids, etc.); (b) the social reproduction of labor power as instituted and organized by the state; and (c) the burgeoning services sector run both by private companies and by the state as entrepreneur” (FORTUNATI, 1995, p. 17).

⁶ Negri e Hardt comentam que (...) entre las diversas figuras de la producción hoy activas, la figura de la fuerza de trabajo inmaterial (involucrada en la comunicación, cooperación, y la producción y reproducción de afectos) ocupa una posición crecientemente central tanto en el esquema de la producción capitalista como en la composición del proletariado (NEGRI; HARDT, 2001, p. 34).



como as crises servem para reestabelecer “novas condições para a rentabilidade do capital, para voltar a propiciar a renovação do seu ciclo de reprodução e de suas contradições econômicas e sociais em novos estágios”. Esta ponderação é importante para a definição estratégica de classe diante da sua própria capacidade de organização, já que se tenha identificado a dinâmica que o gênero opera para o capitalismo.

Num sentido lógico, o capitalismo não necessita especificamente da desigualdade de gênero e poderia eliminá-la, mas historicamente a questão não é banal. Ou seja, a resposta deve ser buscada no nível da análise histórica concreta, não apenas no nível de análise abstrata do capital⁷. A fim de tornar mais clara e específica a definição dos objetivos e resultados esperados por este trabalho, apesar da aceitação do conceito tradicional de reprodução social reprodução de uma sociedade ou um sistema social em sua totalidade, aqui será adotado o conceito desenvolvido pelos estudos do feminismo marxista, no qual a reprodução se refere à maneira pela qual o trabalho físico, emocional e mental necessário para a produzir e reproduzir trabalhadores é socialmente organizado⁸. A reprodução social, neste sentido, designa, então, processos e relações que são lógico e historicamente necessários. Assim,

A reprodução do capital assume formas diversas em diferentes momentos históricos, devendo se readequar às mudanças produzidas no sistema mundial e na divisão internacional do trabalho, reorganizando a produção sobre novos eixos de acumulação e/ou novos valores de uso. Isso permite historicizar a reprodução do capital e diferenciar os padrões que se estabelecem (OSÓRIO, 2012, p. 41).

Essa reflexão elucidada algo importante para a justificação de uma pesquisa empírica econômica ou historiográfica, uma vez que a reprodução social circunscreve os processos essenciais de gênero e raça no capitalismo, sua relação com a remuneração, e então percebê-la como categoria de atividade verdadeiramente necessária para a acumulação e valorização de capital. A associação do trabalho doméstico, escravo, servil com o gênero e a raça é historicamente constituída. Mas cabe perguntar como as relações raciais e de gênero podem ser posicionadas na lógica do modo de produção capitalista. No caso do proletariado, seu lugar na sociedade é ser aquele que não possui nada além de sua própria força de trabalho e que devem vendê-la para sobreviver e estão constantemente sujeitos à ameaça de serem

⁷ Ou, colocando de outra forma, segundo Osório, “a maior abstração é fortemente histórica, na medida em que aponta a essência daquelas relações e processos” (2012, p. 38).

⁸ Para Fortunati, “essa separação da força de trabalho em duas funções - capacidade de produção e capacidade de reprodução - tem outro aspecto. Tem uma conotação sexual - a divisão sexual do trabalho - revelada pelo fato de que a capacidade de produzir foi desenvolvida principalmente no trabalhador fabril, enquanto a capacidade de reprodução foi desenvolvida principalmente em trabalhadores do sexo feminino” (1995, p. 13).



expulsos da sociabilidade produtiva. No caso das mulheres, este conjunto de relações sociais essenciais certamente envolve a maior parte do que é entendido por reprodução social, o que adiciona alguma peculiaridade ao sujeito universal do trabalhador.

Mariarosa Dalla Costa e Selma James (1972) esboçaram essa questão em “The Power of Women and the Subversion of the Community”, fazendo a distinção entre trabalho doméstico e produtivo, sendo o último diretamente produtivo e mediado por relações de produção específicas da sociedade capitalista. Este modo de produção e de sociedade, ao instituir a configuração ideológica de sua estrutura familiar, liberou o homem da participação nestas atividades de modo que ele é plenamente disponível para a exploração direta, disponível o suficiente até um máximo que não deprecie completamente sua força de trabalho ou consuma totalmente seu fundo de vida⁹, para que uma mulher possa reproduzi-lo em suas máximas capacidades.

Dalla Costa e James indicam que o trabalho assalariado é diretamente mediado pelas relações de classe, confiando em uma esfera de reprodução pelas mulheres, realizada pela instituição da família. Para elas, esta forma de exploração “ha sido aún más efectiva porque la falta de un salario la ocultaba. Es decir, el salario controlaba una cantidad de trabajo mayor que la que aparecía en el convenio de la fábrica” (1995, p. 5). Ficou em aberto, porém, a identificação deste trabalho feminino de reprodução sendo próprio da atuação do trabalho vivo na criação do valor de uso de uma mercadoria na forma capitalista, ou se seria apenas um resquício de formações tradicionais que perduraram na história. Leopoldina Fortunati (1995) busca resolver essa lacuna, explicando como dentro do processo de reprodução outra força de trabalho distinta é consumida, a da mulher enquanto trabalhadora doméstica. A dualidade das forças de trabalho sobre gênero, correspondendo aos trabalhadores provedores e mulheres donas-de-casa é colocada em perspectiva: os valores de uso de suas respectivas forças de trabalho ocorrem em tempo e espaços diferentes. Fortunati (1995) também elucida que na produção de mercadorias, o valor de troca da força de trabalho como capacidade produtiva é gerado e seu valor de uso é consumido, enquanto na reprodução, o valor de uso da força de trabalho é produzido e seu valor de troca é consumido.

A crítica feminista das autoras italianas localizou um problema não explorado dentro do pensamento marxista tradicional, ou mesmo uma fetichização conceitual da reprodução e

⁹ Luce (2018, p. 178) explica que enquanto o pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor atenta mais diretamente contra o fundo de consumo do trabalhador, o prolongamento da jornada além de limites normais e o aumento da intensidade do trabalho além de limites normais, atentam contra o fundo de vida. “(...) em todas elas, o capital ou se apropria do fundo de consumo do trabalhador, deslocando-o para o fundo de acumulação; ou arrebatando anos futuros do trabalhador, apropriando-se de seu fundo de vida, o qual é também violado para alimentar a sanha da acumulação”.

da força de trabalho. Federici (2008; 2010) se dedicou à desnaturalização sobre a forma como a força de trabalho é reproduzida. Atenta ao método em Marx, que revela a origem do lucro como uma forma histórica particular de exploração de classe. Ela também investigou a forma histórica da exploração de gênero sob o capitalismo, mas sem reivindicá-lo como produtivo em termos de valor. Em sua obra de “El Patriarcado del Salario” deixa claro que ao tratar a reprodução como parte da produção capitalista “(...) no estamos expresando un deseo de ser legitimadas como parte de las fuerzas productivas; en otras palabras, no es un recurso al moralismo. Solo desde un punto de vista capitalista ser productivo es una virtud moral” (2018, p. 32). Pelo contrário, como também apoiado por Fortunati (1995), ele deve permanecer externo ao processo de acumulação, como um fator socialmente necessário mas não socialmente determinado. Ou seja, entre cada momento de compra e venda de força de trabalho, ou seja, a reprodução do circuito da própria força de trabalho, há uma esfera de criação de valor de uso, de criação e manutenção da força de trabalho. Da mesma forma que o ciclo do capital-mercadoria se desdobra em seus próprios momentos, existe um desdobramento análogo na esfera não diretamente produtiva da reprodução da força de trabalho.

2.1 Manifestações da superexploração

Três brasileiros, Theotonio dos Santos (1978), Vânia Bambirra (1974) e Ruy Mauro Marini (1973) situar-se-ão como figuras essenciais do espectro revolucionário sobre a dependência. Marini foi um membro da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP) no Brasil, e quando ocorreu o golpe de 1964 exilou-se no Chile, onde se destacou em sua participação no Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR). Suas publicações mais proeminentes são *Subdesarrollo e revolución* (1969) e *a Dialéctica de la dependência* (1973), sendo que na última inaugurou as categorias de “superexploração” e “subimperialismo”, fundamentais para complementar a teoria clássica do imperialismo, à qual faltavam elementos históricos e conceituais suficientes para compreender o funcionamento desta fase do capitalismo na periferia do mundo.

Para estes autores da Teoria Marxista da Dependência, como decorrência da equalização da taxa de lucro no mercado internacional, a transferência de mais-valia dos países capitalistas subdesenvolvidos para os industriais tem como base o acréscimo da exploração do trabalho. Esse acréscimo, no entanto, não deve ser confundido com a taxa de



mais-valia, mas diz respeito à “agudização, exacerbação, exasperação da exploração capitalista” (LUCE, 2018, p. 152), símiles literários para Marini.

Compreender como se engendra a composição da reserva de trabalhadores em países dependentes é fundamental para a percepção do fenômeno da superexploração¹⁰ que nem sempre se apresenta de forma explícita no mundo do trabalho. A existência do EIR pressiona o exército ativo às precarizações e violações de sua força de trabalho. Com excelente capacidade de síntese e correção, Luce explica:

A força de trabalho, na superexploração, além de estar submetida às determinações específicas desta, sob as quais é agudizada sua tendência negativamente determinada, que atua de modo sistemático e estrutural sob as economias dependentes, provocando o desgaste de tal maneira em que a substância viva do valor não é restaurada em condições normais (isto é, nas condições sociais dadas), ocorrendo o rebaixamento do seu valor (LUCE, 2018, p. 155).

Portanto, a superexploração pode condicionar a experiência do trabalho sobre gênero com especificidades, além de constituir prerrogativa do capitalismo dependente, que conta com seu padrão de reprodução específico, categoria que “surge para dar conta das formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados” (OSORIO, 2012, p. 40).

Combinada à extração de mais-valia, também se realiza a expropriação de parte do valor-trabalho necessário ao trabalhador para repor sua força dispendida (o trabalho é remunerado abaixo do seu valor e seu fundo de vida é consumido ao esgotamento prematuro). Para as mulheres trabalhadoras neste contexto, a superexploração alcança níveis diferenciados através da minoração dos salários em relação aos homens (já desvalorizados), tal como a reprodução doméstica com o trabalho não remunerado, em que se torna difícil mensurar precisamente ao longo das décadas.

A desvalorização salarial num campo de trabalho predominantemente feminino e profissionalizado atesta o fenômeno da desigualdade laboral com uma natureza dúbia na sociedade: como sintoma das relações patriarcais, mas também como mecanismo da dinâmica produtiva capitalista. Um salário insuficiente ou inexistente, tal como o trabalho com sobredegaste, pelo prolongamento da jornada laboral ou intensificação do trabalho, indicam

¹⁰ A categoria da superexploração deve ser entendida, portanto, como (1) um conjunto de modalidades que implicam a remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor e o esgotamento prematuro da força físico-psíquica do trabalhador; (2) e que configuram o fundamento do capitalismo dependente, junto com a transferência de valor e a cisão entre as fases do ciclo do capital (LUCE, 2012, p. 4).

processos de exploração redobrada, na medida em que se viola o valor da força de trabalho (OSORIO, 2012, p. 51).

Por outro lado, o acréscimo salarial com salários masculinos e femininos, pagos no trabalho fora da esfera doméstica, na mesma unidade familiar, permite entrar diretamente na questão no esgotamento do fundo de vida desses trabalhadores, e especialmente, trabalhadoras. Isso se explica a medida que mesmo sendo possível ter acesso à quantidade necessária ou maior de bens que assegurem a reprodução do trabalhador ou trabalhadora, estes “não podem dispor das horas e dias de descanso necessários para repor o desgaste físico e mental de longas e intensas jornadas” (OSORIO, 2012, p. 51). A acúmulo das jornadas de mulheres trabalhadoras se expressa, de forma ainda difícil de mensurar, entre trabalho remunerado, fora de casa, e não remunerado, dentro dela.

2.2 Resultados

No período que fez parte das primeiras crises do fordismo no mundo e nos países dependentes, o êxodo rural e a urbanização foram impelidos pelo “milagre econômico”, e o declínio da rígida família patriarcal redefiniu a estrutura das relações familiares. Contudo, pelo menos até a década de 1970, esses fenômenos não resultaram na maior participação das mulheres no trabalho remunerado ou no equilíbrio da relação entre homens e mulheres. Em 1960, as mulheres compunham apenas 16,5% da PEA brasileira, com maior crescimento somente a partir de 1980, com 26,6%. Em 1976, as mulheres eram 30,3% das pessoas empregadas no país, e até 1985 serão apenas 34,4% (ANDRADE, 2016). A partir de dados específicos para o mercado de trabalho coletados sobre o Brasil a partir de 1991¹¹, também se percebe que o emprego feminino se manteve num ritmo lento de crescimento até o fim da década. As condições de reprodução materiais também não melhoraram a partir da metade do século XX, apresentando piora significativa a partir de 1973, como evidenciado pelo índice do salário mínimo necessário calculado pelo DIEESE¹². Também é possível perceber como mesmo com o aumento do índice a partir de 1996, seguindo até 2007, não houve recuperação

¹¹ Gráficos gerados pelo World Bank Open Data, Brazil, Gender.

¹² “Para calcular o SMN, o Dieese produz o levantamento do preço médio dos 13 produtos alimentares que constam no decreto-lei n. 399/1938 e nas quantidades específicas por este. Após, é calculado o gasto mensal agregado de cada um dos produtos. Considerando a unidade familiar típica como composta em média por dois adultos e duas crianças e o consumo de uma criança como o equivalente à metade de um adulto, multiplica-se por três o preço mensal da cesta básica do Dieese e o resultado é novamente multiplicado, agora pelo peso da inflação na porcentagem que a alimentação representa entre os gastos essenciais de uma família no rol dos demais itens avaliados pelo Índice do Custo de Vida (ICV) e que entram também na cesta de consumo do SMN” (LUCE, 2018, p. 180).

real da capacidade de consumo que se traduz em parte da capacidade de repor o desgaste dos trabalhadores em bens de consumo.

Tabela 1 – Brasil. Salário Mínimo Necessário. Série histórica
1957 = 125,12

Ano	Número Índice	Ano	Número Índice	Ano	Número Índice
1957	125,12	1974	55,58	1991	30,99
1958	108,85	1975	58,05	1992	26,59
1959	121,85	1976	57,67	1993	29,96
1960	102,32	1977	60,1	1994	25,29
1961	113,77	1978	61,92	1995	25,02
1962	103,87	1979	62,52	1996	25,42
1963	91,31	1980	63,02	1997	25,82
1964	94,35	1981	64,62	1998	27,08
1965	90,98	1982	67,35	1999	27,19
1966	77,56	1983	57,23	2000	27,96
1967	73,37	1984	53,08	2001	30,27
1968	71,8	1985	54,31	2002	30,88
1969	69,16	1986	51,37	2003	31,32
1970	70,32	1987	37,03	2004	32,49
1971	67,29	1988	38,99	2005	34,99
1972	66,09	1989	41,52	2006	40,44
1973	60,56	1990	29,67	2007	42,59

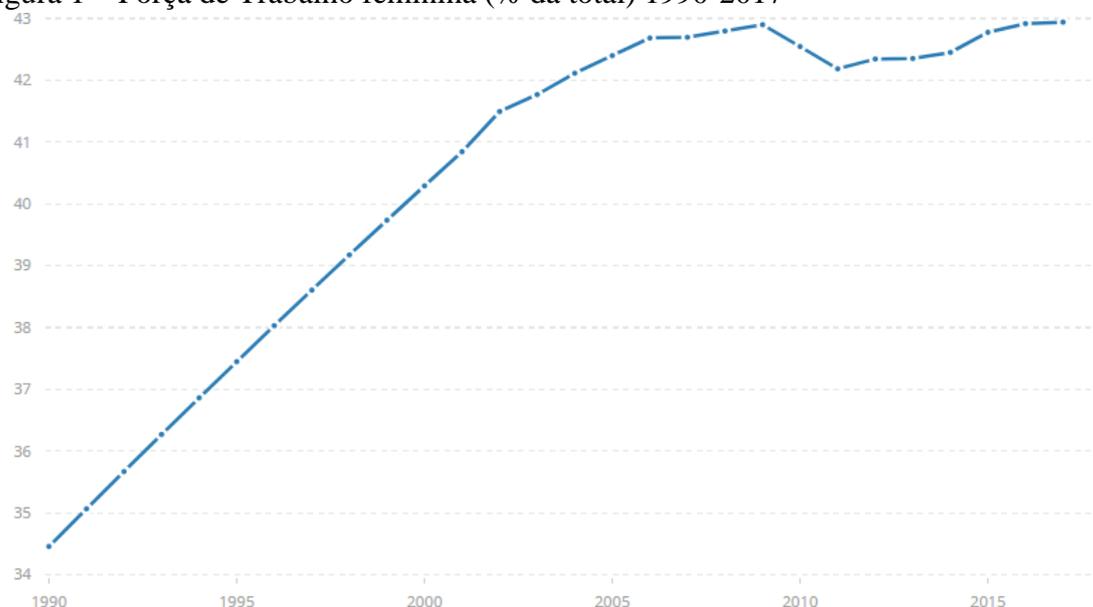
Fonte: Adaptação a partir de Luce (2018) com dados de números índice pela CEPAL/Pnud/OIT. Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente. Brasília, CEPAL/Pnud/OIT, 2008. Com dados de Dieese. Disponível em: <<http://pnud.org.br/publicações/emprego/Cap2.pdf>>.

O crescimento da população e a desigualdade entre as regiões provocou aumento da demanda por serviços públicos, como educação, saúde, habitação e mobilidade, sobre as quais o Estado não respondeu em atenção às necessidades postas¹³. Este incremento das necessidades sociais pode ter estimulado a intensificação da exploração das mulheres do contexto da reprodução doméstica e na feminização desigual do trabalho assalariado. Assim, a força de trabalho feminina representou um população essencial da mão-de-obra, utilizada da forma mais flexível através do emprego subalternizado e mal pago, mas também em tarefas de

¹³ El auge y derrumbe del Estado de Bienestar en el siglo veinte es otro ciclo em esta espiral de apropiaciones públicas y privadas. La crisis del Estado de Bienestar ha significado principalmente que las estructuras de asistencia y distribución pública, construidas mediante fondos públicos, están siendo privatizadas y expropiadas para beneficio privado (NEGRI; HARDT, 2001, p. 177).

reprodução mais amplas e intensivas, permitindo que a produção passasse pelas instabilidades geradas pela economia global sem impactar significativamente a reprodução total do sistema.

Figura 1 – Força de Trabalho feminina (% da total) 1990-2017



Fonte: WorldBankData- Brazil.

A flexibilização que os setores econômicos, mas expressivamente a indústria passou a partir da instalação do modelo neoliberal, se relaciona com aumento da produtividade, intensidade do ritmo de trabalho e o papel da maior mobilidade de capitais, estruturas produtivas e trabalhadores. Na deflagração da crise do fordismo, as mudanças tecnológicas, automação, dispersão para zonas de controle mais frouxo, fusões, estratégias competitivas em geral se propagaram. Num período marcado por alto desemprego estrutural, baixos salários e retrocesso dos sindicatos, uma profunda reestruturação econômica, social e política foi colocada em marcha¹⁴. Os mercados de trabalho “duais” do fordismo foram reformulados numa lógica diferente, com a acentuação de vulnerabilidades, em que as estratégias de sobrevivência também eram consequência de novas estratégias de exploração e competição. Esta organização industrial em transformação permitiu o reavivamento de padrões antigos de trabalho doméstico, patriarcal e paternalista (HARVEY, 1992). Setores beneficiados neste

¹⁴ Federici comenta, em crítica ao conceito de multidão para Hardt e Negri, que estes “describen la reestructuración postfordista de la producción como un derrame de trabajo de la fábrica al territorio. Pero en realidad, la mayor parte del trabajo industrial se ha «derramado» sobre el «Tercer Mundo», mientras que el crecimiento del sector servicios ha sido en su mayoría producto de la mercantilización del trabajo reproductivo y, en consecuencia, se ha producido un «derrame» en el territorio pero no desde la fábrica sino desde el hogar” (FEDERICI, 2013, p. 188).



processo foram aqueles dedicados ao vestuário, empresas calçadistas, moveleiras e outras manufaturas menores¹⁵. Esses ramos de atividades são caracterizados por baixo investimento tecnológico e exploração intensiva de mão de obra humana, com processo de fabricação segmentado e etapas terceirizadas, com participação de trabalhadores autônomos, artesanais e trabalhadores que tem o espaço doméstico como espaço produtivo. Esta expressão da produção afetou comunidades por completo, definindo o mercado de trabalho com fortes disparidades regionais e locais, e com trabalhadores em posições de trabalho descontínuas, afetando a proteção sindical de forma ampla.

A expansão da economia dinâmica de novos espaços de manufatura em países dependentes foi principalmente apoiada pela ativação de redes tradicionais do local, promoveu a redução dos custos da mão-de-obra através da proximidade entre os agregados familiares e os locais de trabalho, além de organizar a reprodução da força de trabalho pela informalização, voluntarismo e atuação do terceiro setor nos serviços sociais¹⁶. Essas mudanças só podem ser explicar o fenômeno considerando os elementos macroeconômicos relacionados à divisão internacional do trabalho e seus efeitos sobre a economia brasileira. A reestruturação da manufatura apoiada na flexibilização atendia à pressões externas das flutuações na demanda global e na rigidez interna decorrente das novas relações entre capital e trabalho. A nova divisão internacional do trabalho não concretizou os efeitos de desenvolver as malhas industriais dos países que alojam as zonas livres de mercado, nem tiveram efeitos positivos em geração de emprego e renda. Para Federici (2013):

En lo tocante a las mujeres que trabajan en esas zonas sus organizaciones han denunciado que esta modalidad de trabajo genera un tipo adicional de «subdesarrollo» y supone incluso una forma oculta de esclavitud.¹² Los salarios dentro de las zonas de libre comercio se mantienen por debajo de los niveles de subsistencia, muchas veces inferiores a los salarios mínimos de los países industrializados y mediante todo tipo de maneras de intimidación (2013, p. 113).

¹⁵ Desde 1976, houve crescimento na participação das mulheres em serviços auxiliares de atividades econômicas, superando a parcela masculina, e na indústria de transformação até o início do século XXI, com menor expressão, mas relativo acréscimo. Para 2007, entre as famílias de ocupações com maior emprego de mulheres, estão 1) Supervisores na confecção do vestuário (67,3%); 2) Operadores de máquinas na confecção de artefatos de couro (66,4%); 3) Operadores de máquinas de costurar e montar calçados (65,3%); 4) Trabalhadores artesanais da confecção de peças e tecidos (89,1%); 5) Operadores de máquinas para costura de peças do vestuário (87,3%); 6) Profissionais polivalentes da confecção de roupas (85,5%); 7) Inspetores e revisores de produção têxtil (72,1%). Fundação Carlos Chagas (2010), dados do MTE/RAIS.

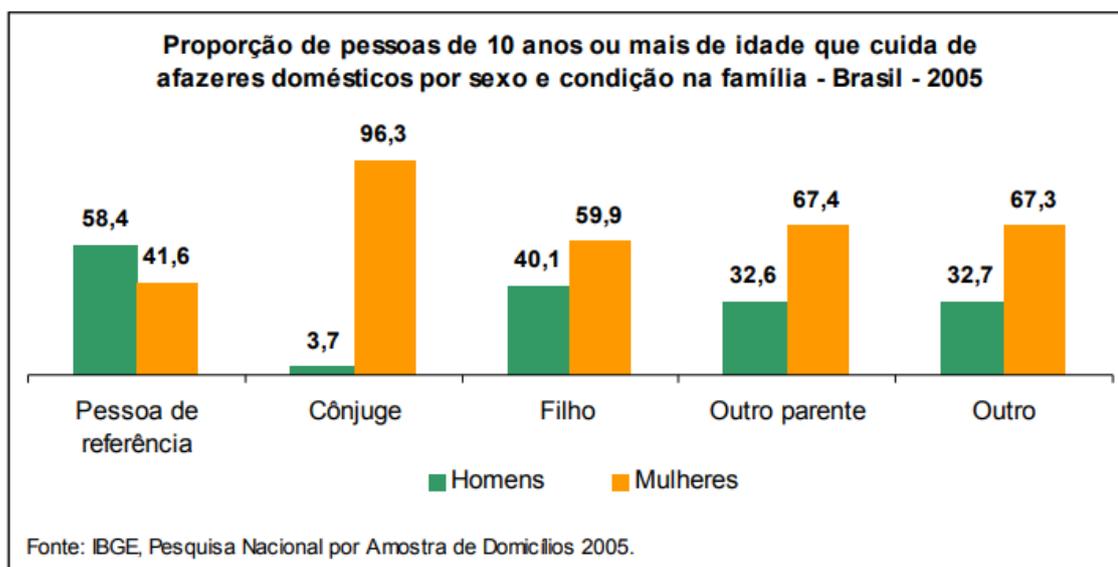
¹⁶ Segundo o IBGE, houve um crescimento de 215,1% do número de Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos de 1996 a 2005 (IBGE, 2008).

A extensiva descentralização da produção, ao mesmo tempo em que apresentava uma nova modalidade de desenvolvimento em curso, dava continuidade às relações econômicas existentes, profundamente enraizadas na estrutura social. Desde a emergência do padrão neoliberal no Brasil, o trabalho remunerado e não remunerado das mulheres reduziu efetivamente os custos sociais da produção. No longo prazo, no entanto, essa grande quantidade de trabalho doméstico, de cuidados não remunerados e trabalho mal pago pelo mercado reforçaram a divisão sexual do trabalho, afetando não somente a existência das mulheres remuneradas, mas também a posição das mulheres em geral numa esfera social mais ampla, nas quais se incluem as estruturas de representação política e laboral. A invisibilidade do trabalho doméstico é fundamental à perpetuação do patriarcado, reforçando os estereótipos e violência de gênero, e a dependência social e econômica das mulheres em relação aos seus parceiros. Colocando o Brasil em paralelo com os demais países dependentes, sobre a prevalência da violência durante a vida com dados de 2014 da OECD, o Brasil apresenta a porcentagem de 31% de mulheres que se identificam nesta situação, embora se encontre abaixo do Chile (36%), Colômbia (39%) e Bolívia (64%), por exemplo.

No Brasil, a participação das mulheres no trabalho remunerado continua a sofrer o desequilíbrio acentuado na divisão de gênero do trabalho e cuidados familiares e a contenção do estado de bem-estar social, gerando um acúmulo de horas semanais e sobrecarga do trabalho ainda difíceis de mensurar, embora existam esforços em curso. A respeito da divisão de horas de trabalho doméstico entre membros da família, a divisão sexual no Brasil é extremamente díspar, com as parceiras representando 96,3% das pessoas ocupadas nestas atividades, como demonstrado por Soares e Saboia (2007):

Alguns fatores sociais podem aumentar ou diminuir o grau de equilíbrio de gênero: a disponibilidade do parceiro para compartilhar a carga do trabalho familiar/doméstico; o número e idade dos filhos ou crianças sob a responsabilidade da unidade familiar; o nível de escolaridade dos membros do casal; o tipo de atividade, status profissional e a capacidade de encontrar serviços de cuidados ou apoios familiares. É importante pontuar que a participação das mulheres no trabalho assalariado e este equilíbrio entre esta ocupação e vida doméstica estão intimamente relacionados à estrutura da demanda de trabalho, em que as oscilações de entrada e saída, ou composição do exército de reserva por mulheres, também são importantes para a definição do grau de exploração. A partir de 2014, o desemprego feminino voltou a aumentar, a partir de oscilações relativamente regulares, superando a marca de 15 % da população.

Figura 2 – Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade que cuida de afazeres domésticos por sexo e condição na família (Brasil – 2005)



Fonte: IBGE (2005).

Figura 3 – Desemprego feminino % (Brasil) - 1991-2017



Fonte: WorldBankData.

A persistência dessas desigualdades comprova como a cultura patriarcal e sua contribuição crucial para a divisão do trabalho por gênero ainda estão profundamente penetradas em nossa sociedade. As desigualdades na esfera doméstica entre homens e mulheres, a carência e declínio da qualidade dos serviços públicos, transferências para as

famílias, assistências à saúde, creches, restaurantes populares ou serviços de cuidados para adultos e crianças parcial ou totalmente dependentes têm efeito significativo sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho. A análise dessa participação também mostra que o aumento da sobrecarga de tarefas familiares muitas vezes se traduz, para as mulheres, em empregos precários, com forte expressão de doenças ocupacionais e baixa remuneração. O setor de serviços, por exemplo, prefere contratar trabalhadores em tempo parcial para garantir a rotatividade contínua de trabalhadores no máximo de sua eficiência aliado às medidas que aumentaram a flexibilidade de trabalho.

Figura 4 – Emprego feminino nos serviços % (Brasil) – 1991-2017



Fonte: WorldBankData.

A participação das mulheres brasileiras no trabalho assalariado foi afetada por vários fatores, como a atribuição moral da carga de trabalho de cuidado pelo Estado às famílias e redes familiares, uma estrutura econômica fragmentada e com acentuada desigualdade regional, forte tradicionalismo das relações sociais, entre outros. Todos esses fatores são próprios da cultura patriarcal profundamente enraizada contribuíram fortemente para a reprodução deste cenário. A compreensão do Brasil como país dependente e seus trabalhadores, superexplorados, é tão fundamental quanto todos os fatores mencionados.

Embora homens e mulheres sejam superexplorados nestas estruturas, algumas diferenças são identificadas diante da capacidade de reposição da força de trabalho feminina. Cecenã (1983, p. 11) explica que aos custos incrementados nesta reposição, “se suman



aqueles que provienen de la mercantilización de las tareas domésticas, de tal manera que el resultado global es um aumento del costo de reproducción da fuerza da trabalho (...)", que ou são reduzidos em termos de bens salários ou incrementariam em geral o valor da força de trabalho. Outro ponto muito importante assinalado pela autora é que o papel da mulher e mãe na sociedade capitalista, que reproduz a discriminação de gênero e os “códigos morales burgueses”, constitui numa verdadeira arma do capital para a extração de maiores massas de mais-valia, “mediante no sólo la explotación sino na sobrexplotación de la fuerza de trabajo femenina” (CECEÑA, 1983, p. 12). Nesse sentido, a parceria entre o patriarcado e o capitalismo pode ser entendida como uma relação de reforço mútuo: o primeiro ganha na subjugação das mulheres e na reprodução da dominação masculina, à medida que o último expande o controle e disciplinamento da força de trabalho. Essa parceria é apoiada pelo Estado, tendo em conta a necessidade de exercer controle, produzir consensos e consentimentos políticos, evitando a deflagração de conflitos sociais que ganhem maior dimensão.

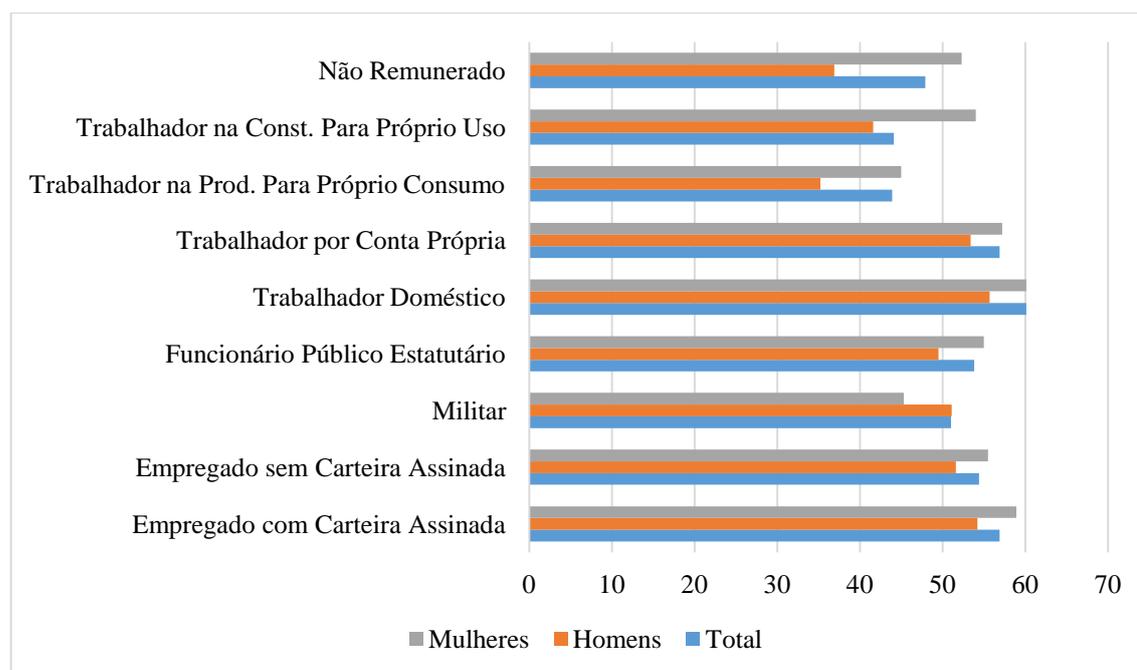
A contribuição da ideologia patriarcal para a reprodução da acumulação capitalista e da legitimação do Estado burguês desempenhou um papel central no exercício da coerção e comando sobre a população sem uma apresentação formal de poder. Essa hegemonia viu teve uma expansão significativa com a emergência neoliberal: a padronização do tempo de trabalho fordista foi amplamente substituída pela diversificação no tempo neoliberal, pautado na desregulamentação, dispersão, mobilidade e respostas flexíveis no mercado de trabalho (HARVEY, 1992). A complexidade em que moldam esses novos processos evidenciam como a busca pela compreensão dos mecanismos de reprodução exigem categorias e capacidades não fragmentárias de análise que ultrapassam o que as categorias tradicionais da sociologia do trabalho permitem vislumbrar.

Atualmente, mesmo que o agravamento das condições de trabalho e qualidade de vida afete todos os trabalhadores, as mulheres, especialmente aquelas sem qualificação ou responsáveis únicas pela família são as mais penalizadas com acúmulo de horas, embora a presença do cônjuge também apresente um incremento na sobrecarga de trabalho¹⁷. De acordo com dados da PNAD adaptados da prospecção realizada por Soares e Sabóia (2007), o

¹⁷ “A maior jornada das mulheres ‘chefes’ nestas atividades ocorre em famílias formadas por casal com filhos menores de 14 anos e filhos de 14 anos ou mais (29,7 horas semanais). Neste mesmo tipo de arranjo mas onde a mulher não tem cônjuge, o tempo médio despendido é de 27,6 horas. A comparação leva a crer que a existência de um cônjuge masculino representa, sem dúvida, um aumento da carga dos afazeres domésticos para as mulheres. Os filhos também aumentam a carga de trabalho das mulheres - nas famílias nucleares formadas por casal, quando se registra a presença deles a carga de trabalho doméstico aumenta, em média, cerca de 1 hora (SOARES; SABOIA, 2007).

acúmulo de horas totais entre trabalho doméstico e trabalho em ocupação principal é maior para as mulheres em todas as categorias de emprego, exceto para militares, e especialmente significativa para trabalhadoras não remuneradas, como se vê abaixo:

Gráfico 1 - Média de horas semanais das pessoas de 10 ou mais de idade somada em horas ocupadas no trabalho principal e afazeres domésticos (Brasil – 2005)



Fonte: Calculado e adaptado através de dados fornecidos por Soares e Sabóia (2007) a partir da PNAD (2005) – IBGE.

Por isso, as medidas de austeridade do Estado brasileiro e condições estruturais da economia prenunciam que os cortes nos gastos sociais e a crescente precarização das condições de trabalho o agravamento da exclusão social das mulheres.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como existem condições gerais dentro do capitalismo que impactam todas as economias periféricas, é exatamente a diversidade dentro do padrão que delinea os processos históricos. O roteiro da acumulação primitiva na América Latina e no Brasil não seguiu a narrativa de transição do trabalho agrário para o trabalho operário, formando uma pluralidade de populações excedentes que não se inseriram no padrão de reprodução. Portanto, o esforço de análise sobre a dependência é orientado para a elaboração de conceitos capazes de explicar como as tendências gerais na expansão capitalista são modificadas em relações delimitadas e

a partir disso, como reagem às tendências gerais do sistema internacional¹⁸. Cada formação social produz um tipo singular de dependência, embora tenham em comum muito das relações fundamentais propostas por sua teoria geral.

A crítica elaborada pela TMD sobre o capitalismo não pode ser compreendida senão como a crítica de uma totalidade articulada e contraditória de relações de exploração, dominação, alienação e reprodução¹⁹. Deste estudo foi possível se perceber que a superexploração do trabalho e a reprodução social na sociedade brasileira indicam a inserção da classe trabalhadora no contrato sexual na esfera doméstica, que estabelece que as mulheres ainda sejam os sujeitos responsáveis pela reprodução e pelo cuidado.

Concentrar-se na produção, ou a esfera do trabalho assalariado, é abordar apenas parte do trabalho não pago explorado pelo capital. Apesar dos progressos alcançados pela luta feminista no mundo, a exploração de gênero diante do trabalho e sociedade permanece uma realidade. A reprodução do capitalismo obscurece o caráter social desta exploração tão necessária, e assim permanecerá se o seu caráter social não for exposto. Permitindo que se repense o que significa realmente o trabalho, as análises de reprodução enquanto processo que produz em totalidade a força de trabalho, oferecem a possibilidade para encarar uma nova dinâmica na luta contra a apropriação do trabalho, que também permite considerar todos os trabalhadores tradicionalmente excluídos dos movimentos contra a exploração. Consiste também oportunidade de questionar radicalmente a divisão sexual, racial, xenófoba do trabalho sobre o qual o funcionamento do capitalismo se assenta, a partir de aportes indispensáveis da teoria marxista.

Marx nos deixa algo fundamental – embora não ceda sua dedicação às minúcias do trabalho reprodutivo – que se resume em sua passagem no *Gundrisse* (2011, p. 86), para o qual nas várias formas de sociedade será uma determinada produção e suas relações correspondentes que determinam a posição e influência das outras produções e suas respectivas relações. “É uma iluminação universal em que todas as demais cores estão imersas e que as modifica em sua particularidade. É um éter particular que determina o peso específico de toda existência que nele se manifesta”. Esta pode ser uma pista indispensável para realizar a tarefa do desenvolvimento teórico e concreto da questão reprodutiva.

¹⁸ “Naturalmente, como em toda ciência, a TMD é uma teoria em permanente construção. E novas descobertas no processo de conhecimento devem ir preenchendo espaços antes lacunares quando a fronteira do conhecimento era outra, conferindo precisão a formulações enunciadas antes que ela alcançasse novos avanços” (LUCE, 2018, p. 153).

¹⁹ Jaime Osorio comenta que a atividade unificadora, em referência a busca pela compreensão da totalidade, “não é senão a lógica do capital, a qual como um tornado derruba, absorve, faz girar e eleva pelos ares todas as relações que encontra em seu caminho, reorganizando-as e deixando nelas sua marca (2012, p. 37).

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Tânia. **Mulheres no mercado de trabalho: onde nasce a desigualdade?** Estudo Técnico, Câmara Legislativa, Julho/2016.
- COX, Nicole; FEDERICI, Silvia. **Counter-Planning from the Kitchen: Wages for Housework, a perspective on capital and the left.** New York: New York Wages for Housework Committee; Falling Wall Press, 1975.
- CECEÑA, A. E. **Fuerza de trabajo femenina y explotación capitalista**, Cuadernos. CIDAMO, nº 11, México, CIDAMO, A.C., 1983.
- DALLA COSTA, Mariarosa. JAMES, Selma. **The Power of Women & the Subversion of the Community.** Bristol: Falling Wall Press, 1972.
- FEDERICI, Silvia. **Revolución en punto cero.** Trabalho doméstico, reproducción y luchas feministas. Madrid: Traficantes de Sueños, 2013.
- _____. **Calibán y la bruja: Mujeres, cuerpo y acumulación originaria.** Madrid: Traficantes de Sueños, 2004.
- FORTUNATI, Leopoldina. **The Arcane of Reproduction: Housework, Prostitution, Labor and Capital.** New York: Autonomedia, 1995.
- LUCE, Mathias Seibel. **Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias – uma visão histórica.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- _____. **A superexploração da força de trabalho no Brasil.** Revista Soc. Bras. Economia Política, São Paulo, nº 32, p. 119-141, 2012.
- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural.** São Paulo, Edições Loyola, 1992.
- MARX, Karl. **Grundrisse.** São Paulo, Boitempo, 2011.
- _____. **O capital: Crítica da economia política.** Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo, Boitempo, 2013.
- _____. **O capital.** Livro II. Trad. Rubens Enderle. São Paulo, Boitempo, 2014.
- NEGRI, A.; HARDT, M. **Império.** Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro, Record, 2001. p. 414.
- OSORIO, J. **Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica.** In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. Padrão de reprodução do capital: contribuições da Teoria Marxista da Dependência. São Paulo: Boitempo, 2012a. p. 37-86.
- SOARES, C; SABÓIA, A. L. **Tempo, trabalho e afazeres domésticos: um estudo com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 e 2005,** Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2007.